

Uma fórmula para conseguir a aprovação do FMI

O governo brasileiro e o FMI poderão chegar a um acordo em torno de uma terceira fórmula de cálculo do déficit público — que incluiria elementos das duas metodologias atualmente discutidas: uma é defendida pelo FMI e outra pelo Brasil. Essa possibilidade foi admitida ontem por uma fonte do Ministério do Planejamento que participa diretamente das negociações com os técnicos do Fundo.

O informante não indicou quais os itens de que os dois lados abdicarão, para que o acordo seja alcançado e termine o impasse criado a nível técnico, que estimulou, na semana passada, a divulgação de boatos sobre um rompimento das negociações. Contudo, a fonte informou que "já estamos trabalhando nisso", dando a entender que a partir de amanhã, quando os dois principais integrantes da missão técnica do FMI retornarem de Washington, poderão ocorrer as reuniões definitivas para o entendimento.

As divergências entre o FMI e o Brasil em torno do cálculo do déficit público alcançam dois planos: o primeiro diz respeito à abrangência, pois os técnicos do Fundo insis-

tem na contabilização da dívida interna pública estadual e municipal para efeito de cálculo do déficit, enquanto o lado brasileiro deseja a apropriação apenas dos saldos da dívida pública federal. O segundo envolve a forma de reajustar o saldo: o FMI propõe que a correção do saldo seja feita no final do exercício, sobre a variação nominal das ORTNs no ano, enquanto os técnicos brasileiros desejam que a correção tome por base a taxa média anualizada da correção monetária.

Essas diferenças de enfoque repercutem no montante da dívida interna pública e, consequentemente, no dimensionamento do déficit público. Enquanto pelos cálculos dos técnicos brasileiros, o déficit público no ano passado representou 6,1% do PIB e este ano deverá situar-se em 3,5%, nos cálculos do FMI, reformulados após a maximização de fevereiro, no ano passado o déficit público representou 16,9% do PIB e este ano deverá ficar em torno de 8,8%, percentual negociado na segunda carta de intenção, enviada ao FMI no dia 24 de fevereiro passado.

Solucionado esse impasse no

âmbito técnico, poderão fluir com mais rapidez as negociações Brasil-FMI, com vistas à concessão do waiver e a consequente liberação da segunda parcela do crédito ampliado — no montante de US\$ 411 milhões — e que deveria ter sido liberada até meados do mês.

Outra missão

O principal encontro dos sete economistas do subcomitê econômico dos bancos credores do País, em seu primeiro dia no Brasil, não foi com as autoridades do governo, mas com os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), com quem estiveram conversando durante mais de duas horas. A reunião não estava prevista na agenda de nenhum dos dois grupos, mas foi marcada, ainda pela manhã, e se realizou a partir das 16h30.

Ao final do encontro, a economista assistente do Fundo, Ana Maria Jul — a responsável pela parte da missão que ficou em Brasília — disse que a reunião serviu "apenas para uma troca de opiniões". Indagada quais os problemas da economia brasileira que mereceram maior atenção durante as discussões, Ana Maria pediu à

repórter que perguntasse aos economistas. Esses, porém, se recusaram a fazer qualquer comentário sobre este e os demais encontros que tiveram ontem.

Douglas Smee, do Bank of Montreal, chefe do subcomitê econômico; Junji Takaoka, do Bank of Tokyo; Thomas Trebat, do Bankers Trust; Bryce Ferguson, do Citibank — a única mulher do grupo; Robin Chapman, do Lloyds; James Nash, do Morgan; e Hans Grimm, do Union Bank of Switzerland, chegaram a Brasília no domingo. Ontem, antes de se encontrarem com os técnicos do FMI, eles discutiram a situação das contas externas numa reunião com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Alberto Furquem, e seus assessores.

O senador Pedro Simon, do PMDB gaúcho, sugeriu ontem a convocação extraordinária do Congresso Nacional durante o mês de julho, quando deve entrar em recesso, e alegou, em defesa, que o País vive uma grave crise, não lhe parecendo conveniente cerrar as portas do Parlamento, "pois a hora é de debater e analisar a realidade nacional".